



DIREITO À SAÚDE: PROCESSOS TRANSEXUALIZADORES NA SAÚDE DIANTE DO TRANSTORNO DE IDENTIDADE E GÊNERO

ROZA, C.M., PESSANHA, C.S

Graduando do curso de enfermagem – Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Considera-se o sofrimento psíquico e corporal como critério de acesso à saúde, sem que necessariamente haja presença de patologias, e compreendendo o critério social e a necessidade de inclusão das pessoas transexuais a partir dos princípios que regem o SUS, evidencia-se a necessidade da discussão sobre a situação desses indivíduos no contexto brasileiro de modo a promover a atenção integral para este público, analisando a vulnerabilidade biopsicosocial no qual se encontram. O estudo teve como objetivo compreender a necessidade de atenção para as pessoas transexuais diante dos apontamentos do SUS. Utilizou-se o método de revisão integrativa, através de pesquisa à base de dados BVS, utilizando-se dos descritores: “Transexualidade”, “Direito à Saúde”, “Legislação”, com análise de 10 artigos, publicados nos últimos cinco anos (2009 – 2014). Resultados apontam que a promoção à saúde se dá a partir de uma unificação de bem-estar entre o corpo, mente e meio social e a atuação desses processos para a população transexual consolida este conceito de saúde que é pouco observado mas de grande valia. Concluiu-se que através de uma instruída gestão de políticas públicas poderá haver o entendimento das vulnerabilidades e à partir disso o direcionamento da atenção para essa população, melhorando o panorama de saúde do Brasil em uma atenção sem excludentes, valorizando intensamente a equidade do cuidado e a universalidade das demandas de saúde.

Palavras-chave: “Transexualidade”, “Direito à Saúde”, “Legislação”.

REFERÊNCIAS:

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, Agosto de 2012.

GALLI, Rafael Alves et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 447-457, Dezembro de 2013.

ALMEIDA, Guilherme; **MURTA**, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, Agosto de 2013.

MARCIA, Arán; **ZAIDHAFT**, Sérgio; **MURTA**, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 20, n. 1, p. 70-79, Abril de 2009.

ARAN, Márcia; **MURTA**, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

BORBA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 17, p. 66-97, Agosto de 2014.

LIONCO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

FREIRE, Eduardo Corsino et al . A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 98, p. 477-484, Setembro de 2013.

LIONCO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saude soc.**, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 11-21, Junho de 2008.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. A jurisprudência brasileira da transexualidade: uma reflexão à luz de Dworkin. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis , n. 67, p. 277-308, Dezembro de 2013.